

# “ATIVANDO A CIDADANIA DE IDOSOS: UMA EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL DE UMA RESIDÊNCIA EM SAÚDE DA FAMÍLIA”

## “ACTIVATING CITIZENSHIP OF ELDERLY: A SOCIAL SERVICE EXPERIENCE OF A FAMILY HEALTH RESIDENCE”

Adrieli de Sousa Lima 1

Rayssa Almeida da Silva Barbosa 2

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger 3

Sâmia Luiza Coêlho da Silva 4

**Resumo:** Envelhecer é inerente ao ser humano, entretanto, esse decurso exige legislações, medidas de proteção e cuidados ponderando-se as especificidades desta fase aos idosos, de modo a imprimi-los socialmente em suas necessidades. Por essa razão, considerando os imperativos desse segmento, a categoria de Serviço Social da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade da Universidade Estadual do Piauí consolidou o projeto interventivo intitulado “Ativando a Cidadania: A (des)proteção de Idosos no município de Teresina – PI” que objetivou propiciar ações qualificadas e interativas que promovessem conhecimento acerca da rede socioassistencial e de atenção em saúde às pessoas idosas. Foi perceptível mediante a prática das ações que os idosos ainda desconhecem ou estão pouco esclarecidos dos seus direitos básicos. Ressalta-se que a produção desse artigo resultou dessa vivência, buscando tratar teórico-metodologicamente das questões acerca dos idosos, pontuando elementos sociais e de saúde em relação aos aspectos de cidadania que o circundam. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa com aplicação de questionários nas ações, visando conhecer a realidade dos idosos participantes do projeto. Mediante as ações e os resultados, evidenciou-se a necessidade de investimentos capazes de potencializar maior autonomia e participação dos idosos sobre seus direitos, garantias e serviços de proteção.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Cidadania. Saúde.

**Abstract:** Aging is inherent to the human being, however, this course requires legislation, protection measures and care, considering itself as specificities of this phase for the elderly, in order to socially imprint them on their lives. For this reason, considering the imperatives of this segment, the category of Social Service of the Multiprofessional Residency of Family Health and Community of Family Health of Piauí consolidated the interventional project entitled “Activating the State University of Piauí: The (un)protection of the Elderly in the city of Teresina - PI” that provide actions aimed at health and people that promote knowledge of the socio-essential network and care for the elderly. It was noticeable through a practice that the elderly are still unaware of its basic principles. It is noteworthy that the production of this article resulted from this experience, seeking to deal theoretically and methodologically with the issues of the elderly, punctuating elements and health in relation to the social aspects of citizenship that surround it. For this purpose, a qualitative approach was applied in order to know the reality of the project participants. Through the actions and results, the need for investments capable of enhancing greater autonomy and participation of their rights, guarantees and protection services became evident.

**Keywords:** Aging. Elderly. Citizenship. Health.

- 1 Assistente Social. Universidade Estadual do Piauí. Especialista em Saúde da Família e Comunidade em caráter de Residência pela Universidade Estadual do Piauí - e pós graduada em Assistência Social e Saúde Pública pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8644634680410282>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8324-813X>. E-mail: [adrieli.ma@outlook.com](mailto:adrieli.ma@outlook.com)
- 2 Assistente Social. Universidade Estadual do Piauí. Especialista em Saúde da Família e Comunidade em caráter de Residência pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) Especialista em Gestão Social pela UNOPAR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7794305420814949>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1467-9005>. E-mail: [rayssa.alb@hotmail.com](mailto:rayssa.alb@hotmail.com).
- 3 Assistente Social. Preceptora da categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC). Especialista em Administração em Recursos Humanos Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora e Mestre em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí (UFPI). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1713090757067566>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9412-1879>. E-mail: [izabel\\_herika@hotmail.com](mailto:izabel_herika@hotmail.com)
- 4 Assistente Social. Preceptora da categoria de Serviço Social do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (PRMSFC). Especialista em Gestão Social, Faculdade Ademar Rosado. Doutora e Mestra em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2047852860386351>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0892-0541>. E-mail: [samialuiza@hotmail.com](mailto:samialuiza@hotmail.com)

## Introdução

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do ser humano e se dá por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada, como afirma Mendes *et al.* (2005). Ademais, tem sido evidenciado a partir do século XX, com os avanços no âmbito da saúde, na alimentação e nas condições sanitárias da maioria da população.

No Brasil, como também em outros países, o processo de envelhecimento é um fenômeno que está relacionado à diminuição nas taxas de fecundidade e de natalidade, a melhoria nas condições de acesso aos serviços de saúde por parte da população em geral e também aos significativos progressos da medicina curativa e preventiva, colaborando para a queda da mortalidade (BARRETO, 2005). Tais fatores têm contribuído diretamente para a elevação da expectativa de vida da população, que no país é de 76,3 anos (dados do ano de 2018, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), com significativa diferença entre os sexos, 72,8 anos para os homens e 79,9 para as mulheres, de acordo com dados das Tábuas Completas de Mortalidade, divulgadas pelo IBGE (2019).

Conjuntamente com o processo de envelhecimento surgem também às fragilidades comuns à idade, dessa forma a probabilidade de se adquirir uma doença é bem maior, por isso muitos idosos acabam necessitando nessa fase da vida dos cuidados dos seus familiares. Esses cuidados com a pessoa idosa, até pouco tempo, constituíam-se em uma responsabilidade somente da família. Entretanto, com o constante crescimento demográfico da população idosa, para atender demandas desse segmento populacional, tornou-se imprescindível a participação do Estado para assegurar esse cuidado, por meio da elaboração e a execução de políticas e programas que promovam um envelhecimento digno e que contemplem os direitos, as necessidades, as preferências e a capacidade dos idosos (BRASIL, 2005).

Entretanto, no cenário nacional anterior a Constituinte de 1988 não existia dispositivos legais que assegurassem direitos a pessoa idosa, já que era uma questão sem tanta visibilidade pelo poder público frente uma sociedade brasileira considerada ainda como jovem (MENDES *et al.*, 2005).

Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), inaugurou-se um novo sistema de proteção social, pautado na concepção de Seguridade Social, que institui a universalização dos direitos sociais no âmbito da Saúde, Previdência e Assistência Social, sendo estas entendidas como políticas públicas de responsabilidade do Estado (FLEURY, 2005).

Na perspectiva de reconhecer a importância da pessoa idosa e garantir a sua cidadania, pode-se dizer que vários foram os avanços conquistados para e pelos idosos a partir da regulamentação da Carta Magna de 1988. São estas: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, Lei nº 8.742/93) que regulamenta os direitos dos idosos assegurados na CF/88; a Política Nacional do Idoso (PNI, Lei nº 8.842/94), o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Portaria nº 2.528/2006), entre outras conquistas que reconhecem o idoso como possuidor de direitos, definindo princípios e diretrizes que asseguram as condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade.

Registra-se que com essas políticas direcionadas ao segmento de idosos e sua consolidação no meio social, passou-se a constituir-se obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos dos idosos, tratando-se de uma responsabilidade compartilhada.

No entanto, a aplicação das atuais medidas públicas de proteção a pessoa idosa nos serviços públicos são questionáveis enquanto respostas preventivas, resolutivas e eficazes. Nota-se que

[...] ainda existe um abismo entre a lei e a realidade dos idosos no Brasil, considerando que a sociedade só será ética quando reconhecer o potencial destes seus membros, quando lutar para que o direito os reconheça como cidadãos e, finalmente, quando todos eles tiverem sua cidadania reconhecida e garantida (ANDRADE *et al.*, 2012, não paginado).

Portanto, para a efetivação dessas políticas é necessário mais participação social frente ao controle social, fiscalização dos serviços oferecidos e munir os idosos dessas informações para melhor concretização destas.

Tendo por respaldo esse contexto e na vivência, pela categoria de Serviço Social, dos territórios das Unidades Básicas de Saúde (UBS's) do Cristo Rei e do Monte Castelo do município de Teresina-PI, que relativamente possuem uma população idosa, além das frequentes atividades realizadas pelas categorias profissionais do PRMSFC em parceria com o Centro Social Pedro Arrupe<sup>1</sup> (CSPA), as pesquisadoras sentiram-se instigadas e despertaram diferentes questionamentos do qual esse segmento possivelmente estaria a par dos seus direitos, garantias e serviços de proteção, gerando os seguintes desdobramentos norteadores: Quão autônomos estariam esse público? Teriam eles conhecimento de todos os serviços de proteção? Quão os idosos exercem a sua autonomia? Os idosos têm conhecimento de fato sobre a rede social e de saúde? Diante destas inquietações, construiu-se o projeto de intervenção “Ativando a cidadania: A (des)proteção para idosos (s) em Teresina-PI”.

Com o atual panorama de pandemia da Covid-19, o projeto deteve-se a ser aplicado apenas em uma comunidade do município de Teresina, localizada no bairro Santa Maria da Codipi com especificamente dois grupos: Grupo Vida e Fé (GVF) e Casa da Sopa. Por meio deste projeto, foi ofertado aos idosos partícipes das ações - informações consistentes sobre o eventual oferecimento de serviços da rede socioassistencial e de saúde, atividades capazes de fornecer o conhecimento sobre as políticas de proteção social, com o intuito de provocar a participação destes em espaços de controle social, sensibilizando assim as instituições e a sociedade em geral para que reconheçam a importância da efetivação dos serviços de proteção à pessoa idosa, visto que esse contingente populacional tem crescido substancialmente em nosso país e, principalmente no Estado do Piauí e na cidade de Teresina, lócus empírico da intervenção realizada.

O projeto nasceu como fruto de uma percepção das Assistentes Sociais residentes do PRMSFC de que é de fundamental importância que para além de construção de políticas, possa se trabalhar a autonomia e participação de idosos para que seja possível uma maior efetividade na promoção e na luta dos direitos desse público.

Desta feita, e tendo por referência a execução desse projeto com os idosos é que se construiu esse artigo, objetivando retratar os produtos obtidos com tal execução e por meio de abordagem teórico-metodológica e científica assinalar as questões que envolvem os idosos de modo a pontuar elementos sociais e de saúde em relação aos aspectos de cidadania que o circundam.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa com aplicação de questionários durante as ações, tendo a finalidade de conhecer a realidade dos idosos participantes do projeto. Ressalta-se que com as ações e mediante os resultados evidenciou-se a necessidade de maiores investimentos que sejam capazes de potencializar maior autonomia e participação dos idosos sobre seus direitos, garantias e serviços de proteção.

## Metodologia

### Dimensões e elementos teórico metodológicos

Para a construção do projeto de intervenção intitulado **Ativando a cidadania: A (des) proteção para idosos e sua(s) família(s) em Teresina – PI** que foi desenvolvido com grupos de idosos do bairro Santa Maria da Codipi localizado na zona norte de Teresina-PI, foram realizados previamente estudos e pesquisas bibliográficas nas diversas bases de dados reconhecidas do ambiente virtual acerca das seguintes categorias teóricas: envelhecimento, terceira idade, idosos/as e família que auxiliaram no amadurecimento intelectual das pesquisadoras e maior aprofundamento dos elementos que circundaram a temática central de debate do projeto. Além

<sup>1</sup> O Centro Social Padre Arrupe foi fundado em 1966 e se trata de uma associação civil sem fins lucrativos, tendo sido incorporado no ano de 2018 pela Associação Antônio Vieira (ASAV), onde são desenvolvidas um conjunto de ações voltadas para pessoa idosa através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV).

disso, as autoras contaram com o recurso advindo das palestras virtuais/remotas, como lives e participação em eventos científicos de estudiosos/as do tema que contribuíram e influenciaram no processo formativo e no tear construtivo deste estudo.

Importante mencionar que o projeto, muito embora compreendido e formado em um prospecto interventivo, desvela elementos científicos relevantes que foram considerados e pontuados no traçar do caminho formativo da metodologia priorizada para este trabalho.

Desta feita, o projeto em pauta se caracterizou por ser de **abordagem qualitativa** (MINAYO, 2010). Com essa abordagem, buscou-se empregar procedimentos de interpretação a partir dos dados coletados no projeto e dessa forma revelar a subjetividade de cada sujeito, expressar aquilo que foi verbalizado e o que não foi.

Alinhado a isso, quanto à natureza, foi utilizado à **pesquisa aplicada** com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicações práticas que se dirigem para a solução do problema apresentado, isto é, foi priorizada tal natureza de pesquisa pelo fato de ter sido viabilizado mecanismos para intervir de forma estratégica em torno do objeto de intervenção (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Ademais, considerando as tipologias de pesquisa, reitera-se que esta foi caracterizada pelas pesquisas **exploratória, descritiva e explicativa**. Exploratória, pois as pesquisadoras se aproximaram e adquiriram familiarização com a temática por meio de leituras, pesquisas bibliográficas bem como por meio de aprofundamento teórico advindo de lives e eventos científicos como pontuado anteriormente; Descritiva e explicativa, haja vista que se tratou de um estudo que abrangeu a caracterização de um grupo, no caso representado pelos idosos, tendo o intuito de identificar e analisar suas opiniões, atitudes e crenças (GIL, 2008) buscando interpretá-las de forma a aprofundar o conhecimento acerca dos fenômenos que as cercam, além de responder ao problema de pesquisa, intervindo nesse cenário com a aplicabilidade do projeto com esses segmentos.

Já com relação aos procedimentos, o projeto desenvolvido fundamentou-se na **pesquisa ação** (THIOLLENT, 2011) que proporcionou às pesquisadoras uma participação mais ativa e interativa com os pesquisados, na busca da resolução de um problema coletivo e ações mais adequadas a cada momento e etapa realizada.

Para complementar esse tipo de pesquisa, foi utilizada a **pesquisa longitudinal** (MARCONI; LAKATOS, 2017), visto que um grupo de pessoas foi acompanhado pelas pesquisadoras por um determinado tempo, coletando os dados mais de uma vez; além da **pesquisa de campo** (MARCONI; LAKATOS, 2017) em que foi feita uma análise por meio da coleta de dados como grupo de idosos/as no cenário do bairro Santa Maria da Codipi, a partir de uma amostra levantada por meio de critérios de inclusão e exclusão<sup>2</sup>.

Para apreensão do objeto de estudo, foi utilizado o **método crítico-dialético de Marx**, pois, segundo Netto (2011) é através da dialética que se busca compreender os fatos e dados, fazendo uma relação entre a teoria e a realidade em questão. Dessa forma, esse método forneceu base para uma interpretação totalizante e dinâmica da realidade, em que as informações coletadas foram ponderadas criticamente, levando em consideração os aspectos objetivos/subjetivos e, ainda, os movimentos, processos, dinâmicas, contradições, avanços, recuos, dificuldades, partes da própria configuração do processo que envolveu o objeto (ARCOVERDE, 2013).

Com relação à análise de dados, utilizou-se da **triangulação de dados** (FLICK, 2009) que respaldou o processo avaliativo transcorrido durante todas as fases do projeto pelas pesquisadoras, garantindo uma adequação contínua aos possíveis contratempos que surgiram, haja vista que compreende o uso de diferentes fontes de dados como uma alternativa a validação.

Ademais, destaca-se que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí (CEP/ UESPI) de acordo com o parecer 4.884.800 de 2021, dispondo os preceitos éticos das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

---

2 Foram incluídos idosos participantes dos grupos fomentados por lideranças comunitárias do bairro Santa Maria da Codipi e atreladas a Escola Marista de Champagnat e que aceitaram participar das ações do projeto fornecendo anuência por meio do TCLE. Para a intervenção foi considerada a pessoa idosa com idade superior ou igual a 60 anos, de acordo com o Estatuto do Idoso. Foram excluídos os usuários que, durante o período da coleta, apresentaram intercorrências que não permitiram sua participação nas atividades.

## Aspectos interventivos

A operacionalização metodológica se deu entre os meses de abril a outubro de 2021 e iniciou-se por meio da parceria com a escola Marista Champagnat, instituição educacional filantrópica localizada no bairro Santa Maria da Codipi na zona norte de Teresina, na qual as residentes estagiaram durante todo o decurso da residência multiprofissional. Inicialmente, apresentou-se o projeto supracitado e seus objetivos para os profissionais da referida instituição que perceberam a relevância de tais atividades e incentivaram que houvesse sua propagação com as demais lideranças da região.

Por essa razão, o projeto foi apresentado em uma reunião com as lideranças do bairro, representantes de grupos específicos que alcançam idosos, a saber: Associação de Moradores, Casa da Sopa, Grupo Vida e Fé, Congregação de Irmãs Jesuítas, entre outros. Essa reunião tratou de um momento de sensibilização das lideranças para auxiliarem no processo de divulgação do projeto para as pessoas idosas daquela região, tendo em vista que essas instituições já possuem contato com o público-alvo.

Após a sensibilização duas entidades presentes na reunião demonstraram interesse em participar do projeto, pois muitos idosos participam das atividades rotineiras que ofertam, sendo elas: a Casa da Sopa e o Grupo Vida e Fé.

A Casa da Sopa foi fundada em março de 1992 e faz parte do ramo das instituições que compõem o terceiro setor, ou seja, é o conjunto de atividades voluntárias desenvolvidas em favor da sociedade, por organizações privadas não governamentais e sem o objetivo de lucro, independentemente dos demais setores (Estado e mercado). Mantida sob a orientação do professor Luis Moura, a instituição atende a milhares de famílias carentes da periferia com a distribuição de sopa e outros alimentos, além de ofertar cursos profissionalizantes, uma biblioteca e uma escola de informática destinada a pessoas eminentemente carentes, e outras atividades realizadas pela Associação dos Amigos da Casa da Sopa.

Já o Grupo Vida e Fé (GVF) foi fundado, de acordo com relatos das próprias integrantes, há mais de cinco anos e tem como intuito principal propiciar a convivência entre os idosos do bairro através de atividades de lazer, espirituais, entre outras. Os idosos desse grupo utilizam como espaço para suas reuniões a Associação de Moradores da Santa Maria da Codipe localizada na rua Francisco Magnolia, nº 1396, no bairro Santa Maria da Codipi.

Após ter formado uma aliança com essas duas entidades supracitadas, estabeleceu-se que essas ficariam responsáveis por convidar os idosos e por ceder o espaço para a realização das atividades do projeto interventivo proposto. O projeto efetivou-se através de duas ações (uma com cada grupo), sendo importante ressaltar que estas ocorreram de forma replicada, pois a mesma ação ofertada para o GVF foi repassada para os idosos da Casa da Sopa, possibilitando que ambos tivessem oportunidades e experiências semelhantes.

Na primeira ação apresentou-se o projeto mais detalhadamente aos idosos e foram trabalhados elementos importantes sobre as atividades que seriam desenvolvidas e o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, que visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa.

Cabe ressaltar que os grupos de idosos reunidos para participar da execução do projeto já estavam vacinados contra a Covid-19, além disso, todas as medidas de cuidado e precaução bem como os protocolos indicados e orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e Ministério da Saúde foram cumpridos.

Após os esclarecimentos, e a leitura do termo conjuntamente com os idosos presentes, estes poderiam optar por assinar ou não o TCLE. Nesse momento grande parte dos idosos, nos dois grupos, apresentaram receio em assinar o TCLE, pois, segundo discurso destes, já tinham passado por diversos golpes e/ou conheciam amigos próximos que perpassaram por tais situações. Por essa razão sugeriu-se que as pessoas idosas que estivessem com preocupação em relação ao termo levassem para seu domicílio, para que seus familiares, amigos e/ou conhecidos pudessem ler e explicar novamente do que se tratava tal documento.

Porém, é importante mencionar que apesar do não preenchimento imediato os idosos que estavam no ambiente para participar da atividade na qual foram convidados, não foram excluídos

do processo participando ativamente da ação planejada, pois o projeto buscava assegurar que aqueles idosos reconhecessem os seus direitos, indo para além da coleta de assinaturas. Aceitaram participar do projeto 16 idosos do Grupo Vida e Fé e 08 idosos da Casa da Sopa, somando ao todo 24 idosos.

Posteriormente a esse momento, para os idosos que aceitaram participar do projeto mediante assinatura do termo, aplicou-se um questionário na modalidade grupo focal. De acordo com Ribeiro (2021), a utilização do grupo focal na área da saúde é recente e surgem nas publicações como uma técnica de pesquisa qualitativa. Para o mesmo autor, o principal objeto dessa técnica consiste na interação entre os participantes e os pesquisadores na coleta de dados, a partir da discussão em tópicos específicos e diretivos.

Destaca-se que os questionários aplicados buscaram compreender como está o acesso destes na rede de serviços assistenciais, nos serviços de saúde, e se recebem auxílios ou benefícios, entre outros temas. O questionário constituiu-se peça fundamental, pois por seu intermédio foi possível planejar as demais ações e reconhecer quais são as potencialidades e privações desses idosos. Após a saturação das respostas, ou seja, o momento no qual a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado, foram escolhidos quais temas mais se destacaram, em que a partir daí se iniciou a elaboração das demais atividades socioeducativas (MINAYO, 2017).

A principal ação do projeto almejou trabalhar com os idosos componentes básicos da rede socioassistencial e da saúde, além de criar uma reflexão sobre a importância desses serviços, legislações, políticas, entre outras para nossa sociedade, utilizando-se, para tanto, de metodologias ativas e lúdicas, detalhadas a seguir.

A primeira metodologia para instigar o senso crítico e a participação dos idosos na ação foi à utilização de uma pergunta disparadora: O que é necessário para o bom convívio em comunidade? Muitos idosos citaram a importância da família, saúde, paz, amor e as mediadoras indagaram sobre a importância das informações, serviços, instituições. E apesar de não terem os citados inicialmente, todos reconheceram que estes eram fundamentais para regular uma boa convivência em sociedade.

A partir dessa pequena pergunta disparadora foi possível levar as pessoas idosas participantes da ação a reconhecer os componentes presentes na sociedade em uma visão macro, percebendo a relevância desses serviços. Partindo desse pressuposto inicial utilizou-se a segunda metodologia ativa denominada “Mapa dos Direitos”, tal recurso consistiu em apresentar as principais instituições e serviços da rede, e foram eles: Delegacia do Idoso, Disque 100, Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), Conselho Municipal do Idoso, Unidade Básica de Saúde (UBS), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Hospitais de Teresina, Centros de Atenção Psicossocial (CAPSs), entre outros.

Para finalização da ação foi entregue para os idosos um folder contendo o nome dos serviços apresentados no mapa dos direitos, uma explicação sucinta de cada serviço, endereço, contato telefônico, e horário de funcionamento. Sendo uma forma de garantir que aqueles conhecimentos perdurassem na vida do idoso e pudessem ser até mesmo propagado por eles para outras pessoas.

Cabe destacar que nesse encontro com os idosos dos dois grupos, surgiram algumas demandas mais pontuais sobre alguns benefícios e/ou serviços aliados a rede e que foram citados por meio das instituições apresentadas no decorrer da ação. Por essa razão, com o intuito de assegurar que suas dúvidas fossem esclarecidas disponibilizou-se contato telefônico para o atendimento online realizado pelas residentes por intermédio do Plantão Orientação Social.

O Plantão Orientação Social surgiu como consequência da pandemia, sendo adotado como estratégia técnico-interventiva pela categoria de Serviço Social da residência que necessitou reorganizar a atuação diante da crise sanitária bem como das demandas, dando continuidade na prestação dos mais diversos serviços no âmbito das políticas públicas, e em especial na política de saúde no âmbito da Atenção Básica. Desta feita, sua utilização consistiu no teleatendimento de assistência aos usuários através do uso de ferramentas tecnológicas/remotas de comunicação.

O principal objetivo desse serviço é fortalecer a rede de cuidados dos usuários; profissionais das UBSs de referência; disseminar informações; articular de maneira intersetorial o cuidado compartilhado; realizar articulação intra e interinstitucional dos serviços da rede; (in)formar sobre auxílios, benefícios, serviços e tarifas.

Os atendimentos são realizados via WhatsApp e/ou ligação, para tanto no folder de divulgação foi disponibilizado um link no qual o/a usuário/a responde um questionário simples com informações pessoais e apresenta o melhor horário e dia para atendimento, após essa triagem inicial o/a usuário aguarda o contato de uma das residentes – Assistentes Sociais responsáveis pelo atendimento remoto.

Dentre as principais dúvidas atendidas pelo Plantão Orientação dos Idosos participantes do projeto a maioria estava relacionada aos benefícios socioassistenciais ofertados pelo CRAS, como tarifa social de energia, tarifa social de água e a inscrição no cadastro único (CadÚnico).

Aponta-se que mediante a intervenção com os idosos, a avaliação foi realizada de forma qualitativa, considerando a subjetividade dos grupos, oportunidade em que foram extraídas as percepções destes sobre a importância e contribuição da ação no que concerne a promoção de maior autonomia sobre seus direitos, garantias e serviços de proteção.

Tendo por respaldo as dimensões teórico metodológicas bem como a operacionalização do projeto e compreendendo a necessidade de ampliar os olhares e a criticidade mediante ao que foi coletado durante sua execução é que no tópico a seguir será realizado um aprofundamento por meio da análise dos dados, levando em consideração as respostas nos questionários e outros aspectos que foram evidenciados nesse processo.

## Resultados e discussão

Para a análise dos dados, a partir dos questionários e das metodologias ativas adotadas na execução do projeto, as pesquisadoras tomaram por base o método crítico dialético de Marx e levantaram as seguintes categorias empíricas: **Condicionantes subjetivos dos idosos e aspectos em relação a cidadania; Acessibilidade e conhecimento dos serviços/rede de proteção.** Menciona-se que tais categorias foram adensadas pelo **perfil sociodemográfico** construído pelas pesquisadoras, como será observado na tabela 1, que permitiu o desenvolvimento de visões mais abrangentes sobre as dimensões que rodeiam o objeto.

Ressalta-se que a formação de tais categorias se concretizou após a seleção do material, resultando num processo de codificação quanti-qualitativa, apontado pelo quadro 1, sendo interpretado em articulação com o referencial teórico adotado a partir da revisão intencional de literatura acerca do tema, com a perspectiva de dar base para o estudo das categorias analíticas do trabalho em questão.

Desta feita, segue os instrumentais edificados como suporte analítico dos dados coletados

**Tabela 1.** Perfil sociodemográfico dos grupos de idosos pesquisados (2021)

Grupos Pesquisados	Variáveis	Categorias	Número Absoluto	Porcentagem (%)
Casa da Sopa e Grupo Vida e Fé	Faixa Etária	60 a 70 anos	14	58,33 %
		70 a 80 anos	09	37,5 %
		80 a 90 anos	-	-
		90 a 100 anos	01	4,16 %
	Gênero	Feminino	23	95,8 %
		Masculino	01	4,16 %
	Estado Civil	Solteiro	07	29,1 %
		Casado/ União Estável	06	25%
		Divorciado	01	4,16 %
		Viúvo	09	37,5%
	Grau de Instrução	Alfabetizado	17	70,8 %
		Não Alfabetizado	07	29,1 %

**Fonte:** Sistematização das autoras a partir da aplicação dos questionários (2021).

**Quadro 1.** Codificação quanti-qualitativa levantada pelos questionários com os grupos de idosos pesquisados como produto das ações do projeto (2021)

Grupos Pesquisados	Categorias empíricas e variáveis	Número absoluto	Porcentagem (%)
Casa da Sopa e Grupo Vida e Fé	<b>*Condicionantes subjetivos dos idosos e aspectos em relação a cidadania</b>		
	-Turno de mais tempo livre;	Manhã – 2	8,33%
		Tarde – 13	54,1%
		Não sei ou prefiro não opinar – 9	37,5%
	-Toma alguma medicação;	Sim – 15	62,5%
		Não – 9	37,5%
	-Tem algum problema de saúde;	Sim – 13	54,1%
		Não – 3	12,5%
		Não sei ou prefiro não opinar – 8	33,3%
	-Possui algum vício;	Sim – 0	0%
		Não – 24	100%
	-Faz acompanhamento pela UBS;	Sim – 21	87,5%
		Não – 3	12,5%
	-É aposentado;	Sim – 16	66,6%
Não – 8		33,3%	
-Recebe algum benefício;	Sim – 4	16,6%	
	Não – 7	29,1%	
	Não sei ou prefiro não opinar – 13	54,1%	
-Passou por situação que violou os seus direitos ou que se sentiu lesado;	Sim – 4	16,6%	
	Não – 14	58,3%	
	Não sei ou prefiro não opinar – 6	25%	
<b>*Acessibilidade e conhecimento dos serviços/rede de proteção</b>			
-Tem e/ou conhece o passe livre para ônibus;	Sim – 15	62,5%	
	Não – 9	37,5%	
-Participa de alguma associação de moradores;	Sim – 24	100%	
	Não – 0	0%	
	Sim – 17	70,8%	
	Não – 7	29,1%	

**Fonte:** Sistematização das autoras a partir da aplicação dos questionários (2021).

A partir do perfil sociodemográfico dos grupos pesquisados foi possível observar seus aspectos singulares tendo por base as variáveis e as características que integram as dimensões

sociais desses sujeitos. Ademais, foi perceptível que tais variáveis são importantes para apontar as múltiplas referências que contornam suas identidades.

A tabela demonstra a edificação do perfil por meio de predominâncias (pontos em comum) e peculiaridades entre os participantes da pesquisa, possibilitando analisar os seguintes elementos:

- **Faixa etária:** está compreendida entre 60 a 70 anos (58,33%), o que demonstrou o envelhecimento ativo em seu processo, pois percebeu-se que houve interesse significativo dos idosos na participação das ações em busca de maiores informações sobre direitos e garantias. Retrata-se que 37,5% dos participantes se concentrou na média de idade entre 70 a 80 anos e 4,16% entre 90 a 100 anos, dados que apontam a variabilidade de idade quando se considera que idosos entre 60 até 90 anos participaram das atividades desenvolvidas na execução do projeto.

- **Gênero:** 95,8% do total de participantes foram mulheres, evidenciando os marcadores de gênero e sociais da diferença. Segundo Gomes (2008), homens e mulheres vão paulatinamente construindo a sua identidade social e produzindo maneiras pelas quais vão se apresentar socialmente, tanto na esfera privada, quanto pública. Dito isso, a superior participação de mulheres em detrimento a dos homens nas ações do projeto, levou as pesquisadoras a refletir as polarizações ainda persistentes sobre as desigualdades de gênero e como estas operam na construção da cidadania, haja vista a existência de disparidades na forma como mulheres e homens a exercem (PASSOS, 2017).

Como demonstrado no caso da participação nas atividades ofertadas mediante a execução do projeto observa-se que as mulheres participam mais ativamente dos serviços (saúde, assistência e grupos) apresentando maior contato com esses momentos de compartilhamento de informações, em contrapartida os idosos do sexo masculino por causa das questões de gênero anteriormente citadas apresentam menor participação nesses espaços o que afeta, conseqüentemente, no acesso a sua cidadania.

- **Estado civil:** a prevalência entre os grupos pesquisados foi de viúvas, cerca de 37,5%. Tal dado é confirmado pelo inquérito “Idosos no Brasil”, que foi divulgado pela Fundação Perseu Abramo no ano de 2015, apontando que as mulheres idosas passam mais tempo da sua vida como viúvas, com maiores chances de viverem sozinhas, isso porque apresentam maior expectativa de vida por todo ciclo vital (PEREIRA; ALVES, 2016). Camarano (1999) concorda com a afirmação das autoras, assinalando que a maior longevidade feminina e a cultura brasileira na qual os homens tendem a se casar com mulheres mais jovens e quando viúvos tendem a se casar novamente, explicam a maior proporção de mulheres viúvas e de homens casados.

- **Grau de instrução:** observou-se que 70,8% dos idosos são alfabetizados e 29,1% não são alfabetizados. Ressalta-se que, embora o quantitativo aponte um número superior de alfabetizados, o que se percebeu durante as ações é que o nível de formação da maioria dos idosos que declararam serem alfabetizados é baixo. Tal constatação é corroborada pelos dados do Sesc de São Paulo (OLIVEIRA, 2019) que afirma que cerca de 50% da população idosa no Brasil, com idade acima de 60 anos, possui apenas o primeiro grau, ou seja, cursaram somente da 1ª a 8ª série. Importante mencionar que a baixa escolaridade limita o usufruto de bens, produtos culturais e também a defesa dos próprios direitos. Sendo assim, faz-se relevante que se garantam a todos os idosos, independentemente do grau de escolaridade, o acesso à educação ao longo de toda a velhice, aí incluídos o domínio de novas tecnologias e a participação, juntamente com as demais gerações, na produção e na difusão de bens culturais.

Essas percepções construídas e alavancadas pelo levantamento realizado em relação a caracterização sociodemográfica foram de suma importância para avaliar quem são esses idosos e ao considerar os pontos em comum e as singularidades, observou-se que tais aspectos foram relevantes para subsidiar uma análise mais específica desse cenário, principalmente no que tange às propensões desse contexto e seu contributo para sua(s) autonomia(s) e autonomia, pontos esses fundamentados mediante as categorias empíricas presentes na codificação quanti-qualitativa do quadro 1.

Tal codificação, aponta duas categorias empíricas principais edificadas pelas pesquisadoras a partir do questionário aplicado com os idosos. Na categoria intitulada “Condicionantes subjetivos dos idosos e aspectos em relação a cidadania”, os pontos principais que foram investigados se referem as questões de saúde e vida social, elementos que foram inseridos no questionário pelo

fato das pesquisadoras compreenderem que tais aspectos impactam na autonomia e participação desses idosos. No tocante as questões de saúde, 54,1% do total de idosos alegaram ter problemas de saúde, prevalecendo dentre eles a hipertensão e a diabetes, nenhum idoso relatou possuir vícios, e, 62,5% afirmaram fazer uso de medicações contínuas e por esse motivo 87,5%, a expressiva maioria do quantitativo total, faz acompanhamento pela Unidade Básica de Saúde (UBS), por considerar essencial e relevante para a manutenção da saúde. Esses indicativos demonstraram, para além dos quantitativos, que os idosos tem buscado exercer os “cuidados” à saúde, utilizando, como principal alternativa, de um serviço de referência da rede territorial, observado pela garantia de direito que produz.

Ademais, no quesito que considerou as questões de vida social dos idosos, as pesquisadoras focaram nos aspectos relacionados a disponibilidade de tempo, a garantia de direitos e/ou violação destes. Os questionários aplicados apontaram que 66,6% dos idosos são aposentados e 16,6% recebem algum benefício, demonstrando a necessidade de maior investimento do poder público para atender as necessidades desse segmento, visto que a falta de renda é um dos fatores impeditivos ao acesso a cidadania.

Ademais, cabe ressaltar que no processo de coleta de assinaturas para o TCLE, muitos idosos demonstraram receio de realizar o preenchimento, mesmo após todas as explicações das pesquisadoras acerca da finalidade do projeto, pois relataram ter sofrido em determinadas situações da vida, alguns golpes. Porém, ao responderem o questionário apenas 16,6% alegaram já ter passado por situação de violação de direitos e um quantitativo que chamou atenção foram os 25% que optaram em não opinar, pois possivelmente são idosos que também passaram por situação de violação e que, por não sentirem-se “seguros” para divulgar tal fato, deram preferência em não opinar.

Esse receio de relatar tais situações pode ocorrer, segundo Pinto (2016), porque a maioria dos abusos contra os idosos, especialmente os financeiros, decorrem por parte dos familiares ou pessoas responsáveis pelo seu cuidado. Os responsáveis se apropriam, indevidamente, dos recursos destes, comprometendo sua renda mensal e devido as manipulações, ameaças e/ou para preservar os vínculos familiares e afetivos os idosos ocultam tal situação.

Vale mencionar que, tal questão, produziu alerta nas pesquisadoras, apontando o quão ainda se faz presente à situação de violação de direitos no cotidiano desses idosos, mostrando-se imperativo o emprego do maior número de artifícios protetivos a esse público. Por essa razão, deu-se ênfase no momento da execução do projeto da explicitação dos serviços para assegurar os direitos violados e as pesquisadoras também se colocaram a disposição para atender individualmente as demandas, estimulando que estes buscassem apoio.

Quando questionados sobre seu tempo livre, 54,1% dos idosos relataram dispor de mais tempo no turno vespertino, dado que ainda demonstra o quão a ideia dos papéis sociais se encontra em voga. Pelo fato da participação de idosos nas ações ter sido majoritariamente feminina, foi possível perceber que o lugar das mulheres na organização social permanece na esteira do reforço dos papéis tradicionais de cuidado, do ser dona-de-casa e produzir suas atividades nos horários estabelecidos à satisfação das necessidades familiares, pois as idosas participantes alegaram que pela manhã estão exercendo os cuidados da casa.

Uma das questões norteadoras originárias da pesquisa e que circundaram as ações do projeto, referiu-se a autonomia e participação dos idosos enquanto cidadãos de direitos. De acordo com Alvino (2015), na velhice, a autonomia pessoal tem grande relevância, quando consideradas as necessidades de reorientação no processo de envelhecimento. Estar engajado em relações significativas, participar da vida, dispensando a necessidade de cuidado, realça o aspecto de autonomia visado pelos idosos.

Desta feita, compreendendo que o estudo buscou, através da aplicabilidade do projeto, contribuir com o processo de autonomia e participação dos idosos a partir da promoção de conhecimento sobre seus direitos e garantias de proteção e tendo por base a outra categoria empírica nomeada de “Acessibilidade e conhecimento dos serviços/rede de proteção”, alguns desses elementos refletiram diretamente nas questões de cidadania.

Quando questionados acerca do conhecimento e acesso aos serviços da rede, os idosos apontaram ter ciência da existência das instituições: 70,8% afirmaram conhecer o Centro de

Referência da Assistência Social (CRAS); 95,8% relataram conhecer e/ou já ter utilizado dos serviços de hospitais; 100% apontaram conhecer e/ou já ter necessitado acionar o Ministério Público bem como o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON). Porém, desse quantitativo muitos relataram não saber o objetivo dos serviços e nem como acessá-los, ponto que demonstra a relevância das ações efetivadas pelo projeto e alerta para a necessidade de que mais ações dessa dimensão devem ser realizadas com fins de propiciar e gerar maior autonomia e participação aos idosos.

Além disso, dos dados coletados, alguns se destacaram por apontar a ausência de conhecimento e de utilização dos serviços por uma parcela dos idosos. A quantidade totalitária de idosos (100%) alegou não ter conhecimento e/ou ter utilizado o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), 95,8% referiram-se não conhecer o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e 66,6% afirmaram não ter utilizado e/ou ter conhecimento da Defensoria Pública. Sobre a delegacia do idoso 37,5% dos participantes alegaram conhecer e, 62,5% apontaram não conhecer, sendo que desses quantitativos, nenhum idoso afirmou ter necessitado acionar o serviço. As referências numéricas expressam as lacunas ainda existentes em relação ao conhecimento por parte dos idosos sobre tais serviços, sinalizando a necessidade para o poder público em proporcionar maiores garantias de acesso às informações, contribuindo, assim, para amplitude cidadã desse segmento.

Quanto ao passe livre, 62,5% do total de idosos relataram ter acesso e expressaram sua importância enquanto direito efetivo de ir e vir. Contudo, alguns idosos apontaram também a dificuldade de acessar o transporte público, devido, muitas vezes, serem desrespeitados e não terem êxito em usufruir desse direito.

Ademais, 100% dos idosos estão vinculados a associações de moradores, ponto observado como de representação significativa, haja vista que demonstra suas iniciativas de integração e de socialização por meio do controle social e de, até possivelmente, lutar através da participação em Conferências, Encontros e Fóruns por mais políticas públicas de atenção ao idoso.

As informações construídas, como produto das categorias empíricas levantadas, foram relevantes à medida que apontaram direcionamentos sobre o quão autônomos os idosos estariam e como exercem sua autonomia mediante o conhecimento que dispõem da rede de proteção voltadas para o atendimento de suas demandas. Sendo assim, analiticamente, foi possível observar que os idosos, por mais conhecimento que detenham sobre seus direitos e os serviços de base que podem acessar, ainda necessitam ampliar a compreensão sobre tais aspectos com vistas a garantir um exercício mais digno de cidadania.

## Conclusões

O envelhecimento é um processo inelutável caracterizado por um conjunto complexo de fatores fisiológicos, psicológicos e sociais, específicos para cada indivíduo. Por ser inevitável e que se intensifica, como provam as mudanças que estão ocorrendo na pirâmide etária brasileira e mundial (IBGE, 2019), torna-se fundamental para as(os) Assistentes Sociais assegurar para essa população ações que prezem pelo respeito, dignidade, autonomia, participação, protagonismo, desenvolvimento pessoal, participação na política e noutras atividades. Levando em consideração que o Serviço Social tem como objetivo intervir na realidade social, melhorando as condições de vida dos indivíduos e grupos, capacitando-os para a mudança social, de modo a aumentar o seu bem-estar (CARVALHO, 2012).

Ademais, conforme afirma Cordeiro et. al. (2014), no decorrer do processo de envelhecimento as pessoas idosas podem, em alguns casos, desconhecer sobre seus direitos e/ou perder a capacidade de desempenhar atividades básicas do cotidiano o que compromete sua independência. Por essa razão, desenvolver **ações que alimentem a autonomia** e participação desse segmento, tornam-se instrumentos importantes para que esse público atue no papel de protagonista no processo de luta e garantia dos seus direitos fundamentais.

O projeto “Ativando a cidadania: A (des)proteção para idosos (s) em Teresina-PI” se consolidou como uma dessas ações, objetivando propiciar atividades qualificadas e interativas

que promovessem conhecimento acerca da rede socioassistencial e de atenção em saúde para as pessoas idosas. Com a execução do projeto foi possível observar e construir pelo levantamento de dados, quem são esses idosos, o perfil que ocupam na esteira social e os condicionantes que contribuem e/ou influenciam nos aspectos que circundam a efetiva cidadania desses sujeitos.

Evidenciou-se, com as ações, que potencializar conhecimentos para os idosos acerca das garantias de direitos e serviços de proteção é imperativo, haja vista a percepção de que muitos ainda desconhecem e/ou estão pouco esclarecidos acerca dos seus direitos e serviços básicos, mesmo diante de um cenário de avanço, do ponto de vista normativo, desses direitos.

Tal percepção foi gerada pelas propensões indicadas e presentes no perfil desse público: idosos com níveis de acesso fragilizados, seja pelo parco grau de instrução que detém ou seja pela baixa efetividade da rede que não propicia maior abrangência na assistência e acessibilidade a esses sujeitos que tanto necessitam usufruir e exercer dignamente sua cidadania.

Os dados também assinalaram que quantos aos serviços da rede, a maior parcela de idosos tem conhecimento da existência destes, porém pouco explicitaram sobre o real objetivo de cada um e como poderiam ser contemplados a partir do acesso.

Dito isso, observou-se que se faz mister pensar em ferramentas produtivas que permeiem a realidade dos idosos e que, sobretudo, proporcionem, a partir da aproximação dessa realidade, o atendimento de suas necessidades, sendo oportuno afirmar o quão se faz necessário que o poder público solidifique ações capazes de fortalecer a autonomia e participação desse público, pela via existencial de mais políticas públicas

## Referências

ALVINO, F. S. **Concepções do idoso em um país que envelhece**: Reflexões sobre protagonismo, cidadania e direitos humanos no envelhecimento. 2015. 145f. Dissertação (Direitos Humanos e Cidadania). Universidade de Brasília, 2015.

ANDRADE, L. M. et al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 18, n. 12, p.3543-3552, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2013.v18n12/3543-3552/>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

BARRETO, J. Envelhecimento e qualidade de vida: o desafio actual. In: **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, vol. XXV, 2005, pp.289-302. Universidade do Porto. Porto, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4265/426540419012.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_ativo.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf). Acesso em: 10 nov.2020.

CAMARANO, A. A. **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 1999.

CARVALHO, M. **Envelhecimento e Cuidados Domiciliários em Instituições de Solidariedade Social**. Lisboa: Coisas de Ler, 2012.

CORDEIRO, J. et al. Efeitos da atividade física na memória declarativa, capacidade funcional e qualidade de vida em idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, 17(3), pp. 541-552, 2014.

FLEURY, S. **A seguridade social e os dilemas da inclusão social**. Disponível em: <file:///C:/Users/cce%2013/Desktop/fleury.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. J. E. Costa, Trad.. São Paulo: Artmed, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Editora: Atlas, 2008.
- GOMES, R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2008.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira. (2019). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedaidicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic\\_sociais2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoedaidicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf) Acesso em: 29 set. 2020.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.
- MENDES, M. R. S. et al. **A situação social do idoso no Brasil**: uma breve consideração. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002005000400011](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002005000400011) . Acesso em: 28 set. 2020.
- MINAYO, M.C. S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ª edição. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.
- MINAYO, M. C. S. Amostragem e Saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo (SP), v.5, n.7, p.01 - 12, abril 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/315756131\\_amostragem\\_e\\_saturacao\\_em\\_pesquisa\\_qualitativa\\_consensos\\_e\\_controversias\\_sampling\\_and\\_saturation\\_in\\_qualitative\\_research\\_consensuses\\_and\\_controversies](https://www.researchgate.net/publication/315756131_amostragem_e_saturacao_em_pesquisa_qualitativa_consensos_e_controversias_sampling_and_saturation_in_qualitative_research_consensuses_and_controversies). Acesso em: 09 abr. 2021.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- OLIVEIRA, M. **Escolaridade dos idosos no Brasil é muito baixa**. Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos. Brasília-DF, 2019.
- PASSOS, L. Gênero: dimensão contemplada no Bolsa Família? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.16, n.1, p. 83-99, 2017.
- PEREIRA, A. G.; ALVES, L. C. **Condição de vida e saúde dos idosos**: uma revisão bibliográfica. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" / Unicamp, 2016.
- PINTO, F. N. F. R. **Violência contra o idoso**: uma discussão sobre o papel do cuidador. **Rev Kairós**. 2016.
- RIBEIRO, A. C. DEMO.G. SANTOS, C. D. Grupo Focal: aplicações na pesquisa nacional em administração. **Pretexto**.v.22. 2021. Disponível em: GRUPO FOCAL | Revista PRETEXTO (fumec.br). Acesso em: 06 out. 2021.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Recebido em 18 de fevereiro de 2022.

Aceito em 29 de agosto de 2022.